

Ciências Sociais em diálogo: um estudo sobre as instituições e a mudança econômica

Social Sciences in dialogue: a study on institutions and economic change

*Adilson Vagner de Oliveira*¹

Resumo: Este trabalho discute o caráter conceitual das instituições e seu papel no processo de desenvolvimento econômico, por meio da formação de estruturas de incentivos que modelam o comportamento humano e suas relações sociais e econômicas. A reflexão teórica baseia-se nos trabalhos dos neoinstitucionalistas Douglass North (2010, 2011) e Acemoglu e Robinson (2012) que propuseram uma agenda de pesquisas que define os arranjos institucionais como elementos indispensáveis para as interpretações dos fenômenos sociais. Trata-se de uma pesquisa exploratória norteada pela revisão sistemática da literatura, cujos suportes teóricos demonstraram os aspectos funcionais das instituições nos trabalhos de ciências sociais.

Palavras-chave: Instituições; Desenvolvimento Econômico; Neoinstitucionalismo.

Abstract: This paper discusses the conceptual character of the institutions and their role in the economic development process through the formation of incentive structures that shape human behavior and its social and economic relations. The theoretical reflection is based on the work of neo-institutionalist Douglass North (2010, 2011) and Acemoglu and Robinson (2012) who proposed a research agenda that defines the institutional frameworks as indispensable elements for the interpretation of social phenomena. It is an exploratory research guided by systematic literature review, whose theoretical support demonstrated the functional aspects of the institutions in the work of social sciences.

Keywords: Institutions; Economic Development; Neo-institutionalism.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: adilson.oliveira@tga.ifmt.edu.br.

1. Introdução

O conceito “instituições” adquire uma centralidade nos estudos sobre a sociedade e sobre os padrões comportamentais dos indivíduos ao interagirem político e economicamente. Nessa perspectiva, a dinâmica de mercado também pode ser influenciada pelas instituições. Por isso, trata-se de um conceito indispensável, mas, muitas vezes, polissêmico em diferentes áreas do conhecimento e que merece aqui uma sistematização com enfoque especial para as ciências sociais.

Este trabalho visa apresentar aspectos conceituais do neoinstitucionalismo, a partir dos principais trabalhos teóricos do pesquisador norte-americano Douglass North, tais como *Institutions, Institutional change and economic performance* (2011) e *Understanding the process of economic change* (2010) e a obra *Por que as nações fracassam?* (2012) de Daron Acemoglu e James Robison. Em sequência, o texto demonstra a necessidade de se reestabelecer a transitividade entre as ciências sociais, a fim de compreender os fenômenos de mudança econômica de forma profunda e dialógica, a partir de um arcabouço teórico interativo e interdependente.

A compreensão dos fenômenos sociais tornou-se um empreendimento teórico e empírico de grande robustez acadêmica a partir da segunda metade do século XX e desafia intensivamente os cientistas sociais que se debruçaram sobre o estudo das instituições como elemento endógeno do desenvolvimento humano. Contudo, a ciência está baseada em pilares normativos nos quais a separação entre as áreas do conhecimento tornou-se um imperativo epistemológico ao longo dos séculos. Por isso, repensar esta condição pode colaborar com a produção científica contemporânea.

A economia, a sociologia e a ciência política acabaram por fortalecer-se a partir de seu compartilhamento acadêmico. A independência de seus departamentos de pesquisa contribuiu para um distanciamento não tão

benéfico para se entender a realidade social em toda a sua complexidade. Este fato toma maiores proporções, por exemplo, em estudos teóricos e empíricos que tentam compreender as mudanças econômicas nas diferentes sociedades do mundo. A busca por causas semelhantes para o desenvolvimento de regiões como Europa, América do Norte e Ásia defronta-se com limitações explicativas que somente a aproximação entre as ciências sociais pode derrubar.

Para os neo-institucionalistas, como Douglass North (2010) e Acemoglu e Robinson (2012) somente o diálogo entre as ciências sociais pode fornecer um quadro explicativo válido nesse sofisticado desafio de descrever as causas do desenvolvimento econômico por meio das instituições. Uma vez que as estruturas de incentivos sejam os principais produtos das instituições políticas e econômicas, somente um aprofundamento teórico e realmente dialógico entre as ciências sociais pode evidenciar as condicionalidades sociais necessárias para o processo de mudança econômica em qualquer sociedade.

Trata-se de um fenômeno complexo em que variáveis econômicas e políticas exercem um enorme efeito sobre a ocorrência de transformações sociais, indispensáveis aos estudos sobre o desenvolvimento humano como um todo. Por isso, o isolamento epistemológico condiciona a natureza explicativa das teorias sociais, uma vez que se refere a elementos composicionais intrínsecos ao mesmo evento social. Isso significa dizer que características sociais podem moldar as instituições políticas e econômicas de qualquer sociedade.

Narrativas explicativas de natureza exclusivamente econômica ou política podem deixar de descrever os importantes constructos sociais condicionantes na história econômica das inúmeras regiões do mundo. Assim, este trabalho visa destacar o papel do diálogo epistemológico entre as escolas que compõem as ciências sociais, a fim de demonstrar que as explicações sobre as causas do desenvolvimento econômico somente podem surgir via

instituições. Consequentemente a economia, a sociologia e a ciência política devem unir-se nesse empreendimento multifacetado.

2. O que são Instituições?

O espaço em que as relações humanas acontecem é regido por regras que direcionam como o processo de interação ocorrerá. Estes encontros humanos promovem a troca de experiências, conhecimentos, percepções e escolhas que edificam qualquer grupo social. Contudo, deve existir um mínimo de coerência entre os comportamentos compartilhados, assim, ainda que a herança cultural entre esses grupos sociais não seja a mesma, existem normas informais que condicionam como este encontro deve acontecer, por isso, as instituições devem existir para estruturar as relações humanas.

Segundo o próprio precursor do Institucionalismo Histórico, Douglass North (1994, p. 360), as instituições² são restrições criadas pelos homens que estruturam a interação humana, como regras, leis, normas de comportamento e convenções que podem incentivar ou restringir determinado comportamento. Evidentemente, refere-se à concepção sociológica do termo, mas que transita plenamente pelas relações econômicas e políticas, visto que o processo de tomada de decisão baseia-se nas condições em que as relações sociais se realizam. No campo econômico, as instituições podem formatar os tipos de interações e organizações que colaboram diretamente com a dinâmica econômica, fortalecendo os níveis de eficiência ao longo do tempo.

North (2011, p. 3) ainda define as instituições³ como as “regras do jogo” em uma sociedade. Assim, as interações sociais, políticas e principalmente econômicas estarão dependentes desses arranjos institucionais [*institutional*

² “Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g. rules, laws, constitutions), informal constraints (e.g. norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics” (NORTH, 1994, p. 360).

³ “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction” (NORTH, 2011, p. 3).

framework] estabelecidos pelo poder político de uma localidade, ou seja, os níveis de organização de uma sociedade dependem diretamente dos elementos do mundo subjetivo internalizados por seus membros e conhecidos por outros indivíduos em relação. Pode-se dizer que somente uma análise das mudanças nas instituições pode explicar profundamente os trajetos históricos das nações. Portanto, compreender a história socioeconômica de uma sociedade exige o reconhecimento de práticas de adoção ou abandono de instituições ao longo do percurso cultural de uma nação.

O arranjo institucional adotado pela sociedade é condicionado por aspectos culturais dos quais as realidades econômica e política são dependentes históricas. Dessa maneira, deve-se pensar como as normas sociais foram herdadas pelos grupos, durante as transformações entre percursos geracionais diferentes e adotadas pelos indivíduos. O compartilhamento de instituições informais, como as normas de conduta, ou mesmo as instituições formais, como leis e regras, torna-se fundamental para qualquer tentativa de interação entre os membros. Por isso, compreender o processo de tomada de decisão e as intencionalidades dos indivíduos é indispensável para qualquer análise interpretativa externa e, portanto, as instituições passam a fazer parte das premissas conceituais das ciências sociais.

A complexidade dos fenômenos sociais exige um exercício interpretativo transitivo. Isso significa dizer que as ciências econômicas não têm a capacidade de explicar todos os fenômenos econômicos sem a colaboração da ciência política e da sociologia para que possam juntos contextualizar os próprios fenômenos estudados, a fim de perceber os efeitos causados por variáveis exógenas à economia. Isso se torna um dos grandes desafios da ciência moderna, visto que a separação histórica entre as áreas do conhecimento foi justificada pela necessidade analítica particularizada. Entretanto, os efeitos das mudanças institucionais acabam por atingir diferentes esferas da realidade social, e, portanto, necessitam de uma atenção especial do intérprete.

De fato, a expansão dos limites interpretativos promovidos pelas ciências talvez tenham sido causados por essa capacidade analítica cartesiana de isolar os fenômenos, a fim de extrair o máximo de inferências mais gerais sobre as partes composicionais. Contudo, determinadas condições contextuais não devem ser ignoradas ou deixadas em segundo plano quando são condicionantes dos eventos de natureza política ou econômica. Por isso, esta reflexão visa resgatar as inter-relações entre as áreas do conhecimento que compõem as ciências sociais, principalmente, por meio do estudo sobre as instituições, como produtos culturais e conexos com o tempo-espaço em que surgem e se transformam.

Para North (2010, p. 43) o desenvolvimento das instituições promoveu a formação de estruturas complexas de sociedades que puderam aplicar os conhecimentos na resolução dos problemas da humanidade. Assim, estruturas de incentivo surgiram para solucionar as dificuldades de produção e troca de produtos primários por meio da promoção de certas ações políticas e econômicas propícias ao crescimento econômico.

Essas ações efetivas para a prosperidade econômica não são naturais e muito menos produtos do acaso. As sociedades que deslumbraram a ampliação das trocas comerciais perceberam o papel das “regras do jogo” na expansão econômica. Portanto, as instituições ficam mais claras quando entendidas como resultados de intencionalidades dos indivíduos, sejam elas para o crescimento ou para a estagnação. Num ambiente humano de interação, onde as incertezas sobre as ações dos outros indivíduos podem causar a desconfiança para a efetivação da relação comercial, as instituições podem oferecer segurança aos negociantes. Ao existirem regras de conduta que asseguram as trocas, as pessoas se sentem mais seguras para confiar nas estruturas de incentivo e nos mecanismos de punição àqueles que optarem por descumprir os acordos firmados.

As contribuições que as instituições ofereceram às sociedades foram fundamentais para suas organizações políticas e econômicas locais e puderam também desenvolver espaços de interação muito eficientes ao crescimento econômico, fazendo com que regiões específicas do mundo pudessem desfrutar de aumentos significativos de renda per capita ao produzir resultados históricos consideráveis para a trajetória bem-sucedida de várias nações do mundo. Por isso, o arranjo institucional, isto é, como as regras de incentivos foram praticadas durante as trocas comerciais, pôde sustentar redes de confiabilidade indispensáveis para o processo comercial. Nos termos de North (2010, p. 49) o “arranjo institucional consiste da estrutura política que especifica a forma de se desenvolver e agregar as escolhas políticas, as estruturas de direito de propriedade que definem os incentivos formais e a estrutura social – normas e convenções – que define os incentivos informais da economia⁴”. Portanto, as definições formais e informais de como deveriam acontecer as interações entre os indivíduos refletem a arbitrariedade em que podem se configurar as instituições, haja vista a condição de produtos de intencionalidades humanas, sujeitas à diferenciação e manipulação pelas sociedades que as compartilham.

Nesta condição, a estrutura política adquire um valor influente no desempenho econômico das nações, uma vez que as escolhas feitas neste cenário tendem a definir como os mercados poderão agir e se existirão procedimentos de incentivo à competição, que melhoram a qualidade das relações comerciais, ou se promoverão monopólios particulares que, ao contrário, podem promover a estagnação empresarial por meio de relações assimétricas e incertas, cujo sistema jurídico demonstra-se incipiente na promoção dos direitos econômicos.

⁴ “That institutional framework consists of the political structure that specifies the way we develop and aggregate political choices, the property rights structure that defines the formal economic incentives, and the social structure – norms and conventions – that defines the informal incentives in the economy” (NORTH, 2010, p. 49).

Como foi apontado nos destaques de North é na arena política que as instituições tomam forma e podem passar a agir no cotidiano econômico dos países, mas, não se pode ignorar o papel da cultura e dos sistemas de crenças nos procedimentos de escolhas, pois, o contexto de delimitação do campo de possibilidades políticas restringe os resultados positivos também na esfera econômica. Em poucas palavras, este tem sido o maior desafio dos economistas contemporâneos ao deixar de lado os fatos políticos e os fenômenos sociais em suas análises de descrição e interpretação das realidades econômicas. Assim, é possível afirmar que a chave para uma compreensão mais profunda das instituições está no caráter transitivo da análise. Quanto mais as ciências sociais dialogarem entre si, melhores serão os resultados interpretativos.

Para Filho (2009) o fato de a economia haver começado a considerar a dimensão institucional do comportamento humano deu início à ruptura das tradicionais fronteiras que separavam as Ciências Sociais, dadas as dificuldades de se teorizar o comportamento humano em sua totalidade. Promover a separação dos fenômenos econômicos das outras esferas sociais poderia ser concebida somente para fins analíticos, sendo necessário o posterior estreitamento das distâncias entre as perspectivas econômicas, políticas e sociológicas. Dessa forma, as propostas de interpretação neoinstitucionalistas⁵ rompem com a rigidez axiológica da teoria neoclássica no momento que passa a analisar também as estruturas organizacionais da sociedade, visto que os padrões de comportamento humano são moldados pelas instituições, propondo assim, o estudo sistêmico de todas as instituições que afetam a economia e destacando também a atuação das forças sociais que contribuem para a formação dos mercados e que modelam o exercício das escolhas individuais. Tudo isto num contexto evolucionário de mudança social.

⁵ Em economia, a teoria neoinstitucional é chamada Nova Economia Institucional – NEI.

3. O papel da cultura na mudança institucional

A primeira parte do trabalho discutiu o processo conceitual das instituições, a partir de uma reflexão totalizante que destaca o papel significativo das ciências sociais para promover a transitividade entre as áreas do conhecimento social, a fim de estabelecer interpretações mais dialógicas no estudo das instituições. Nem a economia pode distanciar-se dos fatos políticos e nem a política deve negligenciar os fenômenos sociais como condicionantes para a adoção ou abandono de instituições econômicas e políticas. O aspecto sociológico presente nas práticas culturais é fundamental para a pesquisa empírica e teórica.

As instituições surgem com o princípio de reduzir as incertezas e os custos de transação. Isso significa que no processo social de interação, o campo de possibilidades de ação torna-se um pouco mais controlável por causa das instituições compartilhadas por membros da mesma sociedade. As incertezas sobre as intencionalidades do outro reduzem as possibilidades de troca comercial, ou mesmo, cultural como um todo. Por isso, fortalecer as instituições reflete diretamente no espaço interacional dos indivíduos, tanto no campo político quanto econômico.

Dessa maneira, cabe neste instante uma reflexão do papel da cultura nos processos de mudança institucional e, conseqüentemente, de transformação social. Trata-se de uma tentativa teórica de elucidar os elementos subjetivos que exercem efeito sobre os arranjos institucionais adotados por cada comunidade. Nesse contexto, a cultura adquire uma função catalisadora dos fenômenos sociais ao promover as mudanças de comportamento dos indivíduos.

De acordo com North (2011, p. 111) as análises econômicas devem levar em conta também os aspectos culturais, pois as ideias e as ideologias de um povo importam porque acabam por expressar como os indivíduos percebem a realidade e contribuem na previsão das ações e intenções. As instituições desempenham um papel central ao determinar o quanto elas importam para os

vários grupos sociais. Novamente, a interação entre instituições formais e informais cumpre um papel decisivo na ordenação do comportamento individual e coletivo da sociedade. De certa forma, as instituições formais, por exemplo, afetam no preço que pagamos por nossas ações dentro da comunidade que participamos. Assim, as coisas que sejam moralmente aceitas e legalmente permitidas conduzem as pessoas a seguir um trajeto comportamental relativamente previsível em seu contexto.

Por isso, a redução nos custos causados pela incerteza faz das instituições o elemento fundamental de qualquer organização social. E como estas instituições poderão interagir ao longo do tempo torna-se uma ferramenta muito importante nos estudos interpretativos do fato social, mesmo em sua esfera econômica e política. A qualidade da democracia na América Latina pode ser um exemplo interessante de como a herança cultural pode interferir no estabelecimento das regras políticas, uma vez que as estruturas de incentivo nesse território podem refletir as marcas da colonização exploratória e o passado de lideranças autocráticas. As formas institucionalizadas de centralização do poder motivam a pouca participação popular no processo decisório ou mesmo limitam as capacidades funcionais do legislativo e inibem os mecanismos jurídicos de restrição e punição aos desvios comportamentais.

Nesse aspecto, os estudos comparados de avaliação da democracia entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento apontam variações nos níveis institucionais, destacando a presença ou a ausência de determinadas regras. Contudo, um fato significativo que deve fortalecer as pesquisas empíricas está pautado nas tentativas explicativas para tal condição, ou seja, variáveis políticas possuem uma razão de existir e cabe ao cientista social interpretar também o porquê da presença de poderes centralizadores em oposição às sociedades mais pluralistas e participativas. Portanto, as narrativas analíticas devem considerar os elementos contextuais e as marcas históricas

condicionantes da realidade política e social do país ao avaliar, por exemplo, o desempenho dos arranjos institucionais desenvolvidos nessas nações.

Esta condição não significa de forma alguma uma perspectiva estática da sociedade, visto que o objetivo deste trabalho tem sido mostrar como as mudanças culturais podem interferir no arranjo institucional da sociedade e como a interação entre os campos epistemológicos das ciências sociais pode oferecer interpretações mais efetivas sobre tais fenômenos. Dessa maneira, as mudanças nos processos de tomada de decisão dos indivíduos condicionam situações institucionais de câmbio e promove novas interações entre os sujeitos políticos e o próprio mercado econômico.

Ainda que certo nível de cautela procedimental deva estar presente em estudos que tomam aspectos culturais, como variáveis explicativas para os fenômenos sociais e políticos, é possível concordar que eles exercem uma força condicionante sobre a realidade. Lindsay (2002, p. 387) defende que a cultura é um determinante significativo para o empreendimento analítico sobre os níveis de desenvolvimento econômico de certas nações, pois a cultura molda os pensamentos individuais sobre os riscos de investimento, sobre os mecanismos de recompensa econômica e as oportunidades de expansão das interações comerciais. Assim, a maneira como o indivíduo pensa, portanto, as ideologias com que compactua, o sistema de valores religiosos mais intensos e a própria perspectiva que o indivíduo possui sobre a prosperidade econômica, devem agir diretamente no arranjo institucional e em toda a sua dinâmica transformacional. Em suma, “os valores culturais são importantes porque formam os princípios em torno dos quais a atividade econômica se organiza – e sem atividade econômica, o progresso não é possível” (LINDSAY, 2002, p.387).

A autora ainda reforça a ideia de que o progresso econômico é dependente de mudanças na forma que as pessoas veem a criação de riqueza, pois isso exige a mudança de atitudes, de crenças e de suposições sobre o que deve ser feito ou não no campo político e econômico para promover o

crescimento econômico. Essas subjetividades estão refletidas nas decisões tomadas pelos líderes políticos e que por vezes resultaram em fraco desempenho econômico (Lindsay, 2002, p. 389).

Para North (2010, p. 51) o papel da cultura assenta-se na sua capacidade de transferir as normas, os valores e ideias de uma geração à outra, o que se refere muito à aprendizagem das gerações anteriores e que afetam diretamente as ações do presente. Além disso, esse “estoque de conhecimento” pode moldar o futuro desses indivíduos, por meio de escolhas pautadas na aprendizagem geracional. Por isso, compreender os processos de mudança institucional nos leva diretamente para a natureza histórica dos arranjos institucionais. Torna-se relevante reforçar que os estudos empreendidos, a partir de uma perspectiva na qual a cultura desempenha um papel explicativo importante para o crescimento econômico, não proclamam de forma alguma uma resposta final que expresse qualquer tipo de conformismo analítico, ou seja, acreditar que as diferenças de desempenho econômico possuam raízes explicativas ligadas à cultura e que, portanto, não se podem alterar intencionalmente culturas. Contudo, devem-se verificar quais são as práticas culturais mais influentes para mudanças nos arranjos institucionais adotados e seus desdobramentos ao longo do tempo.

De fato, a sobrevivência das organizações de uma sociedade depende também da matriz institucional existente e de todas as relações que ela construiu historicamente. As gerações seguintes tendem a herdar um arranjo institucional que promoveu o crescimento econômico ou a estagnação através de escolhas políticas condicionantes à situação econômica. Assim, as mudanças institucionais ocorrem como consequência direta da utilização desse estoque de conhecimento produtivo, eficientemente utilizado para promover crescimento econômico, nos melhores exemplos de desenvolvimento ou para causar rupturas em matrizes institucionais centralizadoras e exploratórias que existiam para beneficiar as oligarquias políticas e promover os monopólios econômicos (North, 2010, p. 62-63).

Portanto, as instituições exercem um papel significativo na ordenação da realidade social e política das nações, estabelecendo os modelos de comportamento que os indivíduos devem compactuar e quais estruturas de incentivos estarão disponíveis aos líderes políticos e sociedade para direcionarem seus esforços cotidianos, no estabelecimento de ações que promovam o crescimento econômico como reflexo dos arranjos institucionais escolhidos historicamente.

4. Como as instituições podem atuar?

Como tem sido descrito ao longo do trabalho, as instituições devem ser compreendidas como os sistemas de restrição que modelam o comportamento humano, por meio de incentivos ou punições para determinadas ações. Os indivíduos tendem a interagir socialmente e também comercialmente em contextos seguros em que os níveis de confiança são ordenados segundo às instituições que regem os espaços de movimentação.

Entretanto, as instituições podem ser geridas de acordo com as intencionalidades das lideranças, em busca de determinado comportamento. As estruturas de incentivos podem estar condicionadas para proporcionar benefícios escusos direcionados a minorias dominantes. Por isso, as pesquisas de Daron Acemoglu e James Robinson podem trazer luz a esta condição, uma vez que seus trabalhos visaram investigar as origens das desigualdades econômicas das nações, através de estudos comparativos focados nas mudanças das instituições em vários momentos da história. Tentar entender as causas das mudanças institucionais significa acessar situações complexas nas quais as instituições efetivas na promoção do crescimento econômico não foram utilizadas para esse fim. Ao reconstituir as principais transformações nas estruturas de incentivos ao longo do tempo, Acemoglu e Robinson (2012) propuseram nomenclaturas explicativas para situações em que os arranjos institucionais dos países produziam apenas processos monopolizadores,

inseguros e verticalizados, características infrutíferas para as interações de mercado e prejudiciais ao crescimento econômico.

Por mais vitais que sejam as instituições econômicas, para determinar o grau de pobreza ou riqueza de dado país, a política e as instituições políticas é que ditam que instituições econômicas o país terá. [...] Nossa teoria da desigualdade mundial mostra como interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012, p. 33).

A descrição deste cenário econômico assimétrico das nações do mundo corrobora com os escritos de Douglass North, pois, proporciona paralelos situacionais em que as mudanças institucionais foram dominadas por intencionalidades exploratórias e que visavam à manutenção do *status quo* vigente, visto que o poder político acaba por estabelecer as regras que organizam não somente o cenário político, mas também o mercado econômico. É por isso, que toda a teoria analítica dos neoinstitucionalistas trata a economia e a política como vertentes dos mesmos fenômenos que promovem o desenvolvimento.

A interação entre as instituições ocorre segundo às limitações estabelecidas pelas entidades dominantes do poder central das sociedades, assim como um produto direto da cultura local, e pode variar muito pelo tempo e espaço. Dessa forma, sociedades que adotaram instituições efetivas ao crescimento econômico, em determinado momento de sua história, promovem também mudanças em longo prazo na dinâmica comportamental de seus indivíduos. As estruturas de incentivos asseguraram um cenário estável e confiável para o investimento, logo uma cadeia de interações eficientes foi possível para grande parte da população e não apenas a elites específicas, como ocorreu em nações de pouco progresso.

Figura 1. Papel das instituições políticas



Fonte – Acemoglu *et al.* (2015, p. 557)

O esquema acima nos fornece uma ideia de como funcionam as instituições políticas na dinâmica social e econômica de um país. A partir de regras políticas estabelecidas em cada sociedade são obtidas as lideranças que retêm o poder político em mãos e assim decidem as condicionalidades, as regras, os meios em que as instituições econômicas devem agir. O desempenho econômico resultante desse processo pode apresentar o crescimento ou a estagnação de acordo com o modelo de gestão de interesses adotado pelo poder político.

Para Acemoglu e Robinson (2012, p. 58) existem dois tipos de instituições: inclusivas e extrativistas. A seguir tem-se uma descrição de como podem funcionar estes modelos de instituições na dinâmica econômica dos países. Nas palavras dos autores “instituições econômicas inclusivas são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades”. Portanto, os indivíduos possuem a liberdade e o incentivo para escolher onde e como devem investir o capital, com a segurança oferecida pelo Estado para realizar os intercâmbios comerciais e os contratos com o máximo de previsibilidade do cenário político e econômico. A população possui instituições que lhes asseguram, por exemplo, o direito de propriedade privada,

sistema jurídico efetivo e outras garantias que viabilizam qualquer investimento no país.

Nesta mesma direção, as instituições políticas também podem ser inclusivas, principalmente, quando permitem a participação livre do cidadão, de forma a acessar e controlar o poder de seus líderes. Para Acemoglu e Robinson (2012, p. 63) “as instituições políticas promotoras de ampla distribuição de poder na sociedade e sujeitas as suas restrições são pluralistas. Em vez de ser investido em um único indivíduo ou grupo limitado, o poder político é depositado nas mãos de uma coalizão ampla ou uma pluralidade de grupos”.

Por isso que, mesmo em contextos ditatoriais, o crescimento econômico dificilmente poderá ser contínuo, visto que em ambientes onde as instituições extrativistas predominem, a progressão econômica tenderá a estagnação no momento que não haja mais incentivos à participação de novos investidores. Assim, onde existem apenas regras que promovam a exploração do poder e dos meios econômicos, em longo prazo, os investimentos cessam e todos aqueles que são reprimidos pelo sistema institucional extrativista tendem a extinguir qualquer possibilidade de novos investimentos para evitar perdas e usurpações do Estado.

As instituições políticas extrativistas concentram poder nas mãos de uma pequena elite e impõem poucas restrições ao exercício do poder. As instituições econômicas são então, em geral, estruturadas por essa elite, de modo a extorquir recursos do restante da sociedade (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012, p. 63).

Trata-se, portanto, de um modelo de organização política e econômica que rompe com qualquer cadeia de produção e investimentos, visto que a extorsão contínua de recursos tende a promover a estagnação econômica. Assim, instituições políticas extrativistas acabam por promover instituições econômicas também extrativistas, reduzindo a participação da população na dinâmica do país e impedindo a renovação dos líderes políticos. Enfim, a

concentração do poder por elites, historicamente, tem produzido resultados semelhantes em diferentes partes do mundo, apagando as alternativas de promover a prosperidade econômica.

5. Considerações finais

A partir de uma perspectiva ampliada, este trabalho destacou a importância da transitividade entre as áreas do conhecimento que compõem as ciências sociais, com o objetivo de fazer dialogar a economia, a sociologia e a ciência política. Essa necessidade surge das conseqüentes parcialidades das interpretações sociais dos fenômenos econômicos e políticos, uma vez que variáveis explicativas tendem a ser separadas por campos de atuação, resultando em trabalhos, que apesar da sofisticação teórica e estatística, deixam de lado outras variáveis também condicionantes dos fenômenos.

Por isso, torna-se um imperativo intelectual a aproximação entre as áreas das ciências sociais, visto que o estudo sobre as instituições e seus efeitos ao longo do tempo pode contribuir imensamente para a compreensão dos eventos sociais na esfera política e econômica. Assim, posteriormente, foram apresentadas concepções funcionais sobre as instituições e os arranjos institucionais na composição de estruturas de incentivos para comportamentos sociais que promovessem o crescimento econômico e a modernização política. Em seguida, enfatizou-se a importância das instituições, por meio de regras, normas, valores que acabam por moldar o comportamento humano e suas interações no mercado político e econômico. Os custos de transação são reduzidos por causa da diminuição das incertezas diante do processo interacional entre as sociedades. Assim, os efeitos positivos no desenvolvimento econômico são apenas um dos inúmeros benefícios que o aprofundamento teórico e empírico no estudo das instituições pode oferecer.

Ao final, as contribuições dos pesquisadores Daron Acemoglu e James Robinson são descritas de forma a demonstrar como as instituições podem

promover ou impedir a prosperidade econômica das nações. Por meio dos conceitos de instituições inclusivas e extrativas foi possível apresentar alguns dos enfoques do institucionalismo histórico. De acordo com os autores, práticas políticas que não restrinjam o poder ou que atendam somente a parcelas específicas da população tendem a manter instituições econômicas também extrativistas, impedindo o surgimento de novos investimentos da sociedade.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ACEMOGLU, Daron *et al.* Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *Handbook of Economic Growth*. Vol.1 Elsevier, 2005.

FILHO, Hélio Afonso A. *O institucionalismo de Douglas North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro*. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2009.

LINDSAY, Stace. Cultura, modelos mentais e prosperidade nacional. In. HARRISON, Lawrence., HUNTINGTON, Samuel. *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton Press, 2010.

_____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, vol. 84, nº3, 1994.

Recebido em: 10/08/2015
Aprovado em: 21/10/2015